

Vlad DOBROIU
(Universidade NOVA de Lisboa /
Universidade de Oeste, Timișoara) | **A Revolução Portuguesa de
1974/1975 na perspectiva de
Fernando Rosas**

Abstract: (The Portuguese Revolution of 1974/1975 from Fernando Rosas' Perspective) The Carnation Revolution was a defining moment in Portugal, ushering in an era of democracy after nearly five decades of authoritarian rule under Estado Novo. This military coup, symbolized by red carnations placed in soldiers' guns, ended the Estado Novo dictatorship, first led by Oliveira Salazar and later by Marcello Caetano, marking a shift toward social and political freedom. The article delves into historian Fernando Rosas's perspective on the revolution, shaped by his own experiences of resistance and imprisonment under the regime. Fernando Rosas, a prominent academic and political figure in Portugal, has used his platform to educate contemporary audiences on the revolution's lasting significance. Through conferences, lectures at NOVA University of Lisbon, and publications in national and international journals, he highlights both the aspirations and challenges that shaped Portugal's transition from an isolated, repressive state to an inclusive, democratic society. By integrating personal stories with historical analysis, Fernando Rosas brings a unique dimension to the revolution's narrative, enabling readers to grasp the complexities of Portugal's path to democracy. His work not only contextualizes the revolution within Portugal's broader history but also illustrates the importance of resilience and collective action, making his insights valuable for understanding democratic movements worldwide.

Keywords: *democracy, Estado Novo, military coup, Carnation Revolution, dictatorship.*

Resumo: A Revolução dos Cravos foi um momento decisivo em Portugal, que inaugurou uma era de democracia após quase cinco décadas de regime autoritário sob o Estado Novo. Este golpe militar, simbolizado pelos cravos vermelhos colocados nas armas dos soldados, pôs fim à ditadura do Estado Novo, inicialmente liderada por Oliveira Salazar e depois por Marcello Caetano, marcando uma transição para a liberdade social e política. Este artigo explora a perspectiva do historiador Fernando Rosas sobre a revolução, moldada pelas suas próprias experiências de resistência e prisão sob o regime. Fernando Rosas, uma destacada figura académica e política em Portugal, utilizou a sua plataforma para educar o público contemporâneo sobre o significado duradouro da revolução. Através de conferências, aulas na Universidade NOVA de Lisboa e publicações em revistas nacionais e internacionais, ele destaca tanto as aspirações quanto os desafios que moldaram a transição de Portugal de um estado isolado e repressivo para uma sociedade democrática e inclusiva. Ao integrar relatos pessoais com análise histórica, Fernando Rosas traz uma dimensão única à narrativa da revolução, permitindo aos leitores compreenderem as complexidades do caminho de Portugal para a democracia. O seu trabalho não só contextualiza a revolução dentro da história mais ampla de Portugal, mas também ilustra a importância da resiliência e da ação coletiva, tornando as suas perceções valiosas para a compreensão dos movimentos democráticos em todo o mundo.

Palavras chave: *democracia, Estado Novo, golpe militar, Revolução dos Cravos, ditadura.*

A Revolução Portuguesa de 1974/1975, amplamente conhecida como a Revolução dos Cravos, recebeu esse nome pelos cravos que foram colocados nos canos das armas dos soldados e oficiais militares portugueses pelos cidadãos que ocupavam as ruas em protesto contra o Estado Novo. Essa manifestação expressava o descontentamento popular com as políticas repressivas do regime, a estagnação econômica e as guerras coloniais em África. Hoje em dia, a Revolução é considerada um dos golpes militares pacíficos mais significativos do século XX na Europa e é celebrada anualmente pelo povo português.

O historiador Fernando Rosas, que viveu a Revolução, tem estado profundamente envolvido na análise da transição política, social e cultural de Portugal para a democracia. Ao incorporar suas próprias experiências para retratar este evento crucial na história de Portugal, Rosas busca cativar leitores contemporâneos, mesmo aqueles sem formação em história. Seu estilo acessível e empático de apresentação visa promover a compreensão e empatia dos leitores, apresentando informações históricas de uma forma menos “acadêmica”, “formal” e “neutra”. Assim, os leitores são convidados a conectar-se com as experiências vividas por Rosas e a engajar-se pessoalmente com essa narrativa histórica.

1. Fernando Rosas, um historiador de destaque

Fernando Rosas, fundador do Instituto de História Contemporânea da Universidade NOVA de Lisboa, tem dado aulas de história sobre temas como Fascismo e Nazismo na Europa aos estudantes de graduação e pós-graduação por muitos anos. Ao longo da sua carreira, também exerceu a função de Presidente do Instituto, foi nomeado Professor Emérito, atuou no Parlamento português e recebeu múltiplas distinções nacionais, incluindo a Ordem da Liberdade, concedida pelo Presidente Jorge Sampaio em 2015. Rosas colaborou com o Museu Municipal da Resistência e Liberdade (Cadeia do Aljube) e o Museu Nacional da Resistência e Liberdade (Forte de Peniche).

Além das suas funções acadêmicas e políticas, Rosas escreveu e apresentou as séries de televisão *História a História* e *História a História África*, transmitidas pela RTP2 e RTP África entre 2016 e 2017. Entre as suas obras publicadas estão *Salazar e os Fascismos* (que recebeu, em 2019, o Prémio de História Contemporânea da Fundação Calouste Gulbenkian/Academia Portuguesa de História) e *Salazar e o Poder: A Arte de Saber Durar* (Prémio Pen Club de Ensaio, 2012). Ele também coordenou os volumes *A Revolução Portuguesa de 1974-1975* e *O Século XX Português*, e publicou muitos artigos que abordam temas como o Estado Novo, a Revolução de 1974/1975 e a Primeira República de Portugal.

Nos últimos quatro anos, Rosas participou em várias reuniões acadêmicas e eventos culturais e políticos, onde abordou diferentes aspectos sobre a Revolução dos Cravos. Por exemplo, realizou uma conferência sobre a Revolução de 1974/1975 durante os seminários organizados pelo Instituto de História Contemporânea da Universidade NOVA de Lisboa, entre Setembro e Dezembro de 2021. No ano seguinte,

participou no Colóquio “Resistência Juvenil, Ditaduras e Políticas de Memória: O Assassinato de Ribeiro Santos em 12 de Outubro de 1972”, realizado no Arquivo Nacional Torre do Tombo, no início de Outubro de 2022. Ele também discutiu a evolução da Revolução durante os encontros da Rede Anticapitalista, realizados em Cadaval em Março de 2023, assim como no 3º Congresso da Oposição Democrática, que foi organizado em Abril de 2023 pelo Comité Executivo para as Comemorações Oficiais do 50º Aniversário do 25 de Abril. Algumas reflexões suas sobre a Revolução dos Cravos foram publicadas no volume coletivo *O Século XX Português* (Lisboa, Tinta-da-china, 2020) e *Ensaios de Abril* (Lisboa, Tinta-da-china, 2023).

2. O que foi a Revolução dos Cravos?

A Revolução de 1974/1975 marcou a transição definitiva de Portugal para a democracia e representa um marco crucial na história do país, pondo fim ao regime do Estado Novo. Esse regime autoritário, instituído por António de Oliveira Salazar, permitiu que ele ocupasse múltiplos papéis no Estado corporativista, incluindo o cargo de Presidente do Conselho de Ministros de 1932 até 1968. Quando Salazar não pôde mais governar, Marcello Caetano o sucedeu até a Revolução dos Cravos. O Estado Novo, uma ditadura de quase cinco décadas, impôs políticas rígidas que afetaram a vida cotidiana dos cidadãos portugueses e das suas colônias, sendo Portugal visto naquela época como um país em grande parte rural e católico (v. Ramos 2009, 43).

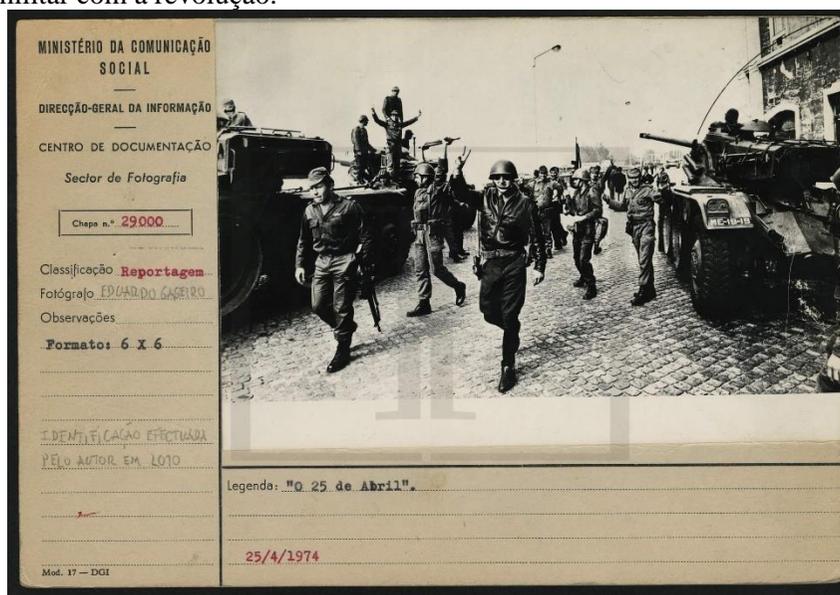
Tanto setores civis quanto militares da sociedade portuguesa demonstraram um crescente descontentamento com as condições políticas, econômicas e sociais no início dos anos 1970. As guerras coloniais na África tornaram-se extremamente onerosas para Portugal, resultando em escassez de recursos e ceticismo generalizado quanto às políticas nacionais e internacionais do regime. Um desenvolvimento decisivo na Revolução dos Cravos foi a formação do Movimento das Forças Armadas (MFA), liderado por jovens oficiais militares, que rapidamente conquistou apoio. Na manhã de 25 de Abril de 1974, o MFA tomou pontos estratégicos em Lisboa, incluindo o aeroporto, a estação de rádio e alguns edifícios do Governo.

A Revolução desenrolou-se com pouca violência. Cidadãos e militares trocaram flores (cravos vermelhos) como símbolos de solidariedade, paz e fraternidade, dando à revolução o seu nome: a Revolução dos Cravos. Devido à ausência de violência em grande escala durante o golpe militar, historiadores portugueses e estrangeiros a caracterizaram como uma “revolução pacífica”. O contexto em que ocorreu era, de facto, peculiar:

Por um lado, a estrutura militar estava montada para a formação e remessa de tropas para o Ultramar, e não para defender o Governo, como na década de 1930; por outro, este era um regime num impasse, à espera de um general salvador (*ibidem*, p. 49).

O golpe militar desencadeou transformações sociais e políticas significativas, das quais a principal foi o colapso do regime do Estado Novo. Autoridades de alto nível, incluindo o Primeiro-Ministro Marcello Caetano, foram rapidamente afastadas do poder, e o General António de Spínola estabeleceu um governo de transição. Foram prometidas eleições democráticas, muitos prisioneiros políticos foram libertados, o processo de descolonização foi acelerado e a censura foi levantada. Após séculos de controle rígido por parte das autoridades portuguesas, as colônias africanas que ainda não haviam alcançado a independência finalmente obtiveram a liberdade. Algumas dessas nações recém-independentes registraram instabilidade política e social interna, a ponto de experimentar conflitos civis. Ainda assim, os povos antes colonizados tiveram a oportunidade de iniciar o tão aguardado processo de libertação e autodeterminação.

A Revolução foi recebida com otimismo pela sociedade portuguesa, mas o país enfrentou desafios significativos no seu caminho para a democracia e o desenvolvimento socioeconómico. Nos anos que se seguiram ao golpe de 25 de Abril de 1974, Portugal experimentou tensões sociais, instabilidade económica e lutas políticas enraizadas no legado do regime autoritário. Na imagem abaixo, Salgueiro Maia e Maia Loureiro são vistos retornando ao Terreiro do Paço após terem participado nas negociações com o 7º Regimento de Cavalaria na Avenida Ribeira das Naus, em Lisboa, no dia 25 de Abril de 1974. As negociações concluíram com o alinhamento da força militar com a revolução.



(fonte: <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=8647396>)

Salgueiro Maia e Maia Loureiro foram duas figuras-chave na Revolução dos Cravos. Salgueiro Maia, um oficial militar de alta patente, mais precisamente capitão,

desempenhou um papel crucial ao liderar as forças militares para a revolução. Pelas suas ações, ele buscou assegurar uma transição relativamente pacífica do regime autoritário para a democracia. Quanto a Maia Loureiro, também foi uma figura militar importante nos eventos que culminaram na Revolução dos Cravos. Embora menos destacado que Salgueiro Maia, Loureiro foi igualmente uma influência nos acontecimentos de Abril de 1974. Ele se juntou ao esforço militar coletivo para encerrar a ditadura do Estado Novo e estabelecer um regime democrático em Portugal, colaborando com seus colegas oficiais em prol desse objetivo comum.

3. Fernando Rosas, um crítico do Estado Novo

Para Fernando Rosas, a vida sob o Estado Novo foi particularmente difícil e desafiadora, pois ele não apoiava tal regime político e enfrentou perseguições pelas suas convicções. No capítulo “O que andei para aqui chegar” dos *Ensaio de Abril*, o historiador relembra eventos importantes que o motivaram a se engajar em movimentos sociais e políticos contrários a Salazar e as suas políticas.

Rosas relembra que questões políticas eram frequentemente discutidas na sua casa na infância, e compreendeu os riscos associados à oposição à ditadura de Salazar desde cedo. Antes da Revolução dos Cravos, ele já foi preso duas vezes. A primeira vez, em 1965, como estudante de Direito em Lisboa, foi condenado a 15 meses na prisão da PIDE em Caxias por apoiar o Partido Comunista, que ele descreve como a “mais perseguida das organizações clandestinas que combatiam a ditadura” (Rosas 2023, p. 17). A segunda vez, em 1971, foi novamente preso e condenado a 14 meses por causa da sua participação em protestos contra a Guerra do Vietnã e nos movimentos estudantis de 1968 e 1969. Durante essa prisão, sofreu várias punições, incluindo agressão física e privação de sono. Além desses métodos de tortura, foi forçado a ficar imóvel por vários dias seguidos – a chamada “tortura da estátua”, com a sessão mais longa durando oito dias e noites consecutivos (Idem, p. 22). No início de 1973, a PIDE quis prendê-lo novamente. Foi perseguido por carros da polícia armada nas ruas de Lisboa, mas encontrou refúgio no pronto-socorro da Maternidade Alfredo da Costa. Dali, continuou as suas atividades de oposição de forma clandestina até a Revolução.

Para Rosas, o tempo passado na prisão foi “um mergulho fecundo no país real” (*ibidem*, p. 25), distanciando-o da sua “bolha social” e ensinando-lhe os valores de respeito mútuo, estudo coletivo, igualdade nas tarefas compartilhadas e unidade contra a opressão. Especialmente em 1972, durante a sua prisão em Peniche, descobriu a sabedoria dos militantes veteranos ali encarcerados, onde prevalecia a total liberdade de opiniões e crítica, bem como a existência de múltiplas posturas políticas e ideológicas (Idem, p. 26). Rosas descreve a sua prisão como “a minha verdadeira universidade nos tempos negros da ditadura” (*ibidem*, p. 26).

O historiador afirma que a sua oposição ao Estado Novo o levou a integrar diversos movimentos socialistas em Portugal, como o Partido Comunista Português (até 1968), a apoiar a Esquerda Democrática Estudantil no final dos anos 1960 e a fundar o Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado em Setembro de 1970.

Esta última organização foi uma das poucas no país abertamente enraizadas na ideologia maoísta, com líderes que operavam clandestinamente em áreas remotas, longe das grandes cidades como Lisboa e Porto. Ao lado de militantes profissionais, realizaram campanhas secretas de propaganda, mobilização social e oposição ao “regime fascista” do Estado Novo e às guerras coloniais até 25 de Abril de 1974 (*ibidem*, p. 19-23). O professor da Universidade NOVA de Lisboa frisa que eles se opunham à exploração capitalista e mantinham uma relação contenciosa com o Partido Comunista Português.

Rosas ressalta os desafios enfrentados pelos movimentos de esquerda contrários ao regime do Estado Novo (Idem, p. 27). Antes de tudo, o Partido Comunista tentou eliminar politicamente os seus rivais de esquerda (Idem, p. 28). Ele menciona vários episódios de agitação social antes do golpe militar de 25 de Abril de 1974, como a perseguição pela PIDE de cerca de 40 estudantes universitários envolvidos em atividades anti-ditatoriais clandestinas, em 21 de Janeiro de 1965 (Idem, p. 17). O historiador também lembra o protesto organizado pela Universidade de Lisboa e os seus estudantes em frente à prisão do Aljube, em defesa da libertação de estudantes detidos e torturados ali, e os protestos sociais contra a Guerra do Vietnã em Fevereiro de 1968. Entre os atos de solidariedade, menciona a Resistência Popular Anticolonial, a tentativa de golpe de Júlio Botelho Moniz em 1961 e o ataque por civis armados ao quartel de Infantaria de Beja durante a véspera do Ano Novo de 1961 para 1962 (*ibidem*, p. 25).

Rosas argumenta que Portugal viveu um verdadeiro processo revolucionário entre 1974 e 1975. Após 25 de Abril de 1974, centenas de militantes de esquerda (não filiados ao Partido Comunista) foram perseguidos por tropas militares e policiais enquanto protestavam, sem qualquer investigação judicial. Em Maio de 1975, tropas do Comando Operacional do Continente (COPCON) visaram todas as células do MRPP na área militar de Lisboa, prendendo mais de 400 pessoas sem acusação formal.

Jornais de esquerda, como *Luta Popular* (afiliado ao MRPP), foram multados e o seu diretor, José Luís Saldanha Sanches, foi preso. Partidos como a Associação Operária-Camponesa e o MRPP foram impedidos de participar nas eleições de Abril de 1975 (Idem, p. 28). Manifestantes reuniram-se em frente à prisão de Caxias contra as prisões contínuas, mas o COPCON tentou dispersá-los com disparos. Rosas recorda que na noite de 28 de Maio de 1975 vários civis, incluindo ele próprio, foram levados para Caxias, onde encontraram antigos guardas da PIDE agora servindo o Exército. Ele interpreta esses eventos como uma contrarrevolução dentro da própria revolução anti-Estado Novo (*ibidem*, p. 29).

A revolução foi iniciada por estudantes e pela classe média urbana, que não tinham o conhecimento necessário para enfrentar os desafios vividos por outros setores da sociedade, como os trabalhadores ou as pessoas que viviam em barracas nas periferias das cidades. Rosas recorda que alguns diretores fugiram com o dinheiro e os veículos das empresas onde trabalhavam, que os agricultores enfrentaram inúmeros problemas organizacionais e que a economia nacional foi instável durante muito tempo.

Além disso, os movimentos sociais e políticos eram fragmentados, dificultando o consenso sobre objetivos comuns (*ibidem*).

Em conclusão, apesar das dificuldades que Portugal enfrentou nos anos seguintes à Revolução dos Cravos, este golpe militar permanece um símbolo de resiliência e esperança na história portuguesa, ilustrando o potencial para transições políticas “pacíficas” para a democracia e o poder da ação coletiva nas sociedades modernas europeias. O dia 25 de Abril continua a ser celebrado em Portugal como um dos marcos mais significativos na história do povo português, comemorando o triunfo da democracia sobre o regime autoritário.

A visão de Fernando Rosas sobre a Revolução de 25 de Abril de 1974 oferece aos leitores do século XXI uma compreensão mais profunda dos acontecimentos sociais e políticos daquela época, sob a perspectiva de uma testemunha diretamente envolvida nesse período transformador da sociedade portuguesa. No entanto, permanece uma questão: até que ponto a interpretação subjetiva de um acontecimento político pode ser, involuntariamente, moldada ou distorcida pela memória seletiva da testemunha, pelas afinidades políticas do historiador, pela sua formação académica ou pelas suas crenças pessoais?

No caso de Fernando Rosas, ele esteve associado a movimentos de esquerda durante grande parte da sua vida, começando com a sua filiação ao Partido Comunista Português aos 15 anos de idade. No final da década de 1990, ele também contribuiu para a fundação do partido Bloco de Esquerda. Quanto aos seus ensaios, é fácil reперar que os sobre a Revolução de 1974/1975 deem ênfase particular aos “movimentos revolucionários de esquerda”. Na sua opinião, esses movimentos (distintos do Partido Comunista) desempenharam um papel crucial na redefinição da sociedade portuguesa recém-democratizada.

Bibliografia:

- Madureira, Arnaldo. 2000. *A formação histórica do Salazarismo*. Lisbon: Livros Horizonte.
- Ramos, Rui. 2009. *A revolução de 25 de Abril e o PREC (1974-1976)*, in “História de Portugal”, Rui Ramos, Nuno Gonçalo Monteiro, Bernardo Vasconcelos and Sousa (coord.). Lisbon: A Esfera dos Livros, p. 43-83.
- Rosas, Fernando. 2023. *O Que Andei Para Aqui Chegar*, in “Ensaio de Abril”. Lisbon: Tinta-da-china, p. 15-31.
- Rosas, Fernando (coord.). 2022. *Revolução portuguesa 1974-1975*. Lisbon: Tinta-da-china.
- Rosas, Fernando. 2019. *Salazar e os Fascismos*. Lisbon: Tinta-da-china.

Webgrafia:

- <https://www.youtube.com/watch?v=oMnNbIVeNaA&pp=ygUIZmVybmFuZG8gcm9zYXMGcmV2b2x1Y2FvIDI1IGRIIGFicmlsIA%3D%3D>, consultado em 12.03.2024.
- <https://www.youtube.com/watch?v=zshU9oHDp0k&pp=ygUIZmVybmFuZG8gcm9zYXMGcmV2b2x1Y2FvIDI1IGRIIGFicmlsIA%3D%3D>, consultado em 12.03.2024.
- <https://www.youtube.com/watch?v=YmpDVh0Ymjo&pp=ygUIZmVybmFuZG8gcm9zYXMGcmV2b2x1Y2FvIDI1IGRIIGFicmlsIA%3D%3D>, consultado em 12.03.2024.

<https://www.youtube.com/watch?v=Wq0yhfj0TNQ&pp=ygUIZmVybmFuZG8gcm9zYXNMgcmV2b2x1Y2FvIDI1IGRIIGFicmlsIA%3D%3D>, consultado em 12.03.2024.

Fontes:

Arquivo Nacional Torre do Tombo (Lisboa, Portugal).

<https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=8647396>, consultado em 10.03.2024.

<https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=9337319>, consultado em 20.06.2024.